



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUPIRA TORNA PUBLICO O AVISO DE DISPENSA SEM LICITAÇÃO Nº 013/2024, PROCESSO ADMINISTRATIVO 025/2024.

**CONFORME PARAMETROS ABAIXO:
AVISO DE DISPENSA SEM LICITAÇÃO
CONTRATAÇÃO DIRETA SEM LICITAÇÃO**

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1 - Dispensa sem licitação com o objetivo da contratação de empresa especializada em serviço de bufê para fornecimento de café da manhã e almoço, com disposição de materiais e equipamentos, a fim de atender as demandas em eventos realizados pela da Secretaria de Educação.

1.2 - Conforme condições e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA SEM LICITAÇÃO

2.1. A participação na presente dispensa se dará mediante seleção de proposta vantajosa para administração conforme aviso de manifestação de interesse e proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública.

2.2. A empresa é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não nos responsabilizamos por documentos faltantes ou erros nos preenchimentos da proposta.

2.3. Não poderão participar desta dispensa as Empresas:

2.3.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.3.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.3.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

- a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- b) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;


José Maria Leite de Macedo
PREFEITO
CPF Nº 024.235.964-72



- d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;
- f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.3.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as Empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.3.3.2. Aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.3.4. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.3.5. Sociedades cooperativas.

3. INGRESSO NA DISPENSA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1 - O licitante deverá enviar toda documentação por e-mail docdispensacupira@gmail.com ou poderá se preferir, protocolar presencialmente na sede da Prefeitura de Cupira-PE, para a entrega presencial, após a convocação enviada.

3.1.01 - A documentação desse termo será publicado no sitio eletrônico https://netuse.inf.br/cupira_j/portaltransparencia/index.php?link=134 ficará disponível para envio dos documentos conforme disposto acima, no prazo de até 03 (três) dias úteis, encerrando o prazo de propostas a serem enviadas no dia 07 de maio de 2024 até as 23:59 horas.

3.2 - O licitante responsabiliza-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante.

3.5 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

3.5.1 - **Devem estar inclusos nos preços ofertados**, além de todas as despesas diretas e indiretas, inclusive os tributos, taxas, custos com embalagens, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, frete, seguro e quaisquer outros custos e despesas que incidam sobre a aquisição do objeto. Não será permitido, portanto,


José Maria Leite de Macedo
PREFEITO
CPF Nº 024.235.964-72

que tais encargos sejam discriminados em separado, nem reclamados posteriormente.

3.5.2 - Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5.4 - O prazo de validade da proposta não será inferior a **30 (trinta) dias**, a contar da data da sessão de abertura do pregão, independentemente de declaração do licitante.

3.6 - Será desclassificada a proposta que não atenderem as exigências deste termo, apresentarem preços inexequíveis, ou contiverem irregularidades insanáveis.

4. ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE PREÇO

4.1. Será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

4.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

4.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

4.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

4.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

4.3. Será desclassificada a proposta vencedora que:

4.3.1. contiver vícios insanáveis;

4.3.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

4.3.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

4.3.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

4.3.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

4.4. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços que:

4.4.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do




- próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 4.4.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 4.5. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 4.5.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 4.5.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção na multiplicação ou soma dos valores, em caso de divergências, consideraremos os valores unitários do item, corrigindo os demais.
- 4.6. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 4.7. Se a proposta vencedora for desclassificada, será examinada a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 4.8. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se por e-mail a nova data e horário para a sua continuidade.
- 4.9. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

5. HABILITAÇÃO

5.1 – DOCUMENTAÇÃO JURÍDICA

- 5.1.01 - No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 5.1.02 - Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 5.1.03 - No caso de sociedade empresária ou EMPRESA individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 5.1.04 - inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 5.1.05 - No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 5.1.06 - No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;


José Maria Leite de Macedo
PREFEITO

CPF Nº 024.235.964-72

5.1.07 - No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

5.1.08 - Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

5.2 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

5.2.01 - Prova de inscrição no **Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ/MF)**;

5.2.02 - Prova de inscrição no **Cadastro Estadual e/ou Prova de inscrição no Cadastro Municipal; conforme objeto.**

5.2.03 - Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal**, através de Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União expedida conjuntamente pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil, abrangendo inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212/1991, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa;

5.2.04 - Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**, comprovada através de Certidão de Regularidade Fiscal - CRF emitida pela Secretaria da Fazenda do domicílio ou sede do licitante, ou certidão positiva com efeitos de negativa;

5.2.05 - Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal**, comprovada através de Certidão de Regularidade Fiscal Municipal emitida pela Prefeitura Municipal do domicílio ou sede da licitante ou certidão positiva com efeitos de negativa;

5.2.06 - Prova de regularidade relativa ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS**, comprovada através de apresentação de certidão fornecida pela Caixa Econômica Federal;

5.2.07 - Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, através de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT**, de acordo com a Lei nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa nº 1.470/2011 do TST.

5.3 – RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA:

5.3.01 - **Certidão Negativa para fins de Licitação** expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado da sede da licitante, referente aos processos judiciais eletrônicos. Para licitantes sediadas no Estado de Pernambuco, deverá apresentar certidões de 1º e 2º grau expedidas através do site www.tjpe.jus.br/certidão. Empresas sediadas em outros estados que não possuem processos eletrônicos deverão apresentar justificativa.

5.4 – COMPROVAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE EMPRESAS ME/EPP:

5.4.01 - Para efeito de comprovação de empresa ME/EPP/MEI para usufruir de tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006 e demais alterações, deverá ser comprovada mediante apresentação de um dos documentos abaixo relacionados, que deverão ser anexados junto aos documentos de habilitação:

I – Empresas optantes pelo Sistema Simples de Tributação:

a) Comprovante de opção pelo Simples obtido através do site da Secretaria da Receita Federal,
<http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/simples/simples.htm>;

II – Empresas não optante pelo Sistema Simples de Tributação:

a) Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do Artigo 3º da LC 123/2006; (para esse fim o balanço deverá ser de 2020).

b) Cópia da Declaração de Informação Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ e respectivo recibo de entrega, em conformidade com o Balanço e a DRE;

c) Comprovante de inscrição e situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

5.5 – Diante da empresa habilitada iremos proceder consulta aos seguintes cadastros:

5.5.01 - Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

5.5.02 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

5.6 - Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos.

5.6.1 - Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

5.7- Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

6 - SANÇÕES

6.1 - Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:


José Maria Leite de Macedo
PREFEITO
CPF Nº 024.235.364-72



- 6.1.01. dar causa à inexecução parcial do contrato;
 - 6.1.02. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 6.1.03 dar causa à inexecução total do contrato;
 - 6.1.04 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - 6.1.05 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - 6.1.06 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 6.1.07 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - 6.1.08 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
 - 6.1.09 fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - 6.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 6.1.10.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
 - 6.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
 - 6.1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 6.2 - O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a) Advertência pela falta do subitem 7.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - b) Multa de 0,5 % (dois. por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 7.1.1 a 7.1.12;
 - c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 7.1.2 a 7.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 7.1.8 a 7.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

6.3 - Na aplicação das sanções serão considerados:

- 6.3.01 a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 6.3.02 as peculiaridades do caso concreto;
- 6.3.03 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 6.3.04 os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 6.3.05 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.4 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

6.5- A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

6.6 - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

6.7 - Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da EMPRESA deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

6.8 - A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

6.9 - O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

6.10 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

6.11 - As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

7 – DA RAZÃO DA ESCOLHA DO CONTRATO

7.1 – Comprovada o atendimento dos requisitos de habilitação e qualificações mínimas, será motivada a razão da escolha do contratado.

8 – JUSTIFICATIVA DO PREÇO

8.1 – Deverá o agente de contratação justificar o preço proposto pelo licitante, antes da autorização da autoridade competente.


José Maria Leite de Macedo
PREFEITO

CPF Nº 024.235.964-72



9 – AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE

9.1 – Comprovada o atendimento dos itens anteriores, a autoridade competente deverá autorizar a referida contratação.

9.2– Poderá a contratação ser formalizada por quaisquer instrumentos de contratual, dos poderá ser entre eles carta contrato, nota de empenho, autorização de compras ou de serviços, ordem de execução ou de fornecimento, ou quaisquer outros permitido pela legislação.

9.3 – A referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.01 - A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

9.3.02- a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - O procedimento desse processo será divulgado no Portal da Transparência do Município de Cupira-PE, através do sítio eletrônico <http://cupira.pe.gov.br/transparencia/> e no PNCP – Portal Nacional de contratações públicas, através da plataforma BNC que deverá migrar os dados correspondentes.

10.2 - No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

10.2.01 - republicar o presente aviso com uma nova data;

10.2.02 - valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

10.2.01.01 - No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

10.2.01.02 - fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

10.3 - As providências dos subitens 11.2.1 e 11.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)

10.4 - Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

10.5 - Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

10.6 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.


José Maria Leite de Macedo
PREFEITO
CPF Nº 024.235.964-72

10.7 - Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento serão os mesmos de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

10.8 - No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.9 - As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

10.10 - Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

10.11 - Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

10.12 - Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Tabela com média de preços.

ANEXO II - Modelo de proposta de preço.

ANEXO III – Termo de Referência.

Cupira, 02 de maio de 2024

José Maria Leite de Macedo
PREFEITO
CPF Nº 024.235.964-72



JOSÉ MARIA LEITE DE MACEDO
Prefeito



ANEXO I - TABELA COM MÉDIA DE PREÇOS.

Item	Descrição	Volume	Quantidade Total	Valor Unitário	Valor Total
1	BUFÊ ALMOÇO/JANTAR - CARDÁPIO I : (mínimo sugerido por pessoa): ? Salada crua contendo no mínimo: 2 tipos de folhas verdes, tomate, cenoura, cebola, pimentão, pepino, alguma fruta da região. ? Salada legumes cozidos contendo: cenoura, batata, brócolis, ovo e chuchu. ? Carne: Frango à milanesa ou strogonoff. ? Guarnições: arroz: branco e/ou integral, feijão tropeiro, purê (batata ou abóbora), Farofa (com cuscuz, ovo, bacon e calabresa refogados e vegetais) e 1 tipo de massas com molho vermelho ou branco. ? Sobremesa: com 02 opções: servidos em taças individuais, podendo ser pavê, pudim ou brigadeirão. ? Bebidas: Suco de frutas naturais da época com 02 opções de escolha ou refrigerante de 1ª (primeira) linha diet, light e normal.	UND	1000	RS 32,02	RS 32.020,00
2	Café simples 01- (cardápio mínimo sugerido por pessoa): 01 pão francês, 01 fatia de mussarela, 01 fatia presunto, quatro tipos de salgado assado tamanho pequeno tipo coquetel (uma unidade de cada), 150 ml de café, 300 ml de suco natural, 01 garrafa de água mineral 500 ml, 01 pedaço de bolo de cenoura com calda de chocolate.	UND	1300	RS 14,12	RS 18.356,00
TOTAL					RS 50.376,00

José Maria Leite de Macedo
PREFEITO
CPF Nº 024.235.964-72

ANEXO II- MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

À Prefeitura Municipal de Cupira - PE

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, sediado no _____, bairro - _____, na cidade de _____ - _____,

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviço de bufê para fornecimento de café da manhã e almoço, com disposição de materiais e equipamentos, a fim de atender as demandas em eventos realizados pela da Secretaria de Educação.

Conforme quadro abaixo:

Item	Descrição	Volume	Quantidade Total	Valor Unitário	Valor Total
1	BUFÊ ALMOÇO/JANTAR - CARDÁPIO I : (mínimo sugerido por pessoa): ? Salada crua contendo no mínimo: 2 tipos de folhas verdes, tomate, cenoura, cebola, pimentão, pepino, alguma fruta da região. ? Salada legumes cozidos contendo: cenoura, batata, brócolis, ovo e chuchu. ? Carne: Frango à milanesa ou stroganoff. ? Guarnições: arroz: branco e/ou integral, feijão tropeiro, purê (batata ou abóbora), Farofa (com cuscuz, ovo, bacon e calabresa refogados e vegetais) e 1 tipo de massas com molho vermelho ou branco. ? Sobremesa: com 02 opções: servidos em taças individuais, podendo ser pavê, pudim ou brigadeirão. ? Bebidas: Suco de frutas naturais da época com 02 opções de escolha ou refrigerante de 1ª (primeira) linha diet, light e normal.	UND	1000		
2	Café simples 01- (cardápio mínimo sugerido por pessoa): 01 pão francês, 01 fatia de mussarela, 01 fatia presunto, quatro tipos de salgado assado tamanho	UND	1300		


 José Maria Leite da Macedo
 PREFEITO
 CPF Nº 024.235.864-72



pequeno tipo coquetel (uma unidade de cada), 150 ml de café, 300 ml de suco natural, 01 garrafa de água mineral 500 ml, 01 pedaço de bolo de cenoura com calda de chocolate.				
TOTAL				

Proposta com valor de R\$ _____ (_____), valor total de R\$ _____ (_____).

Nos preços ofertados estão inclusos todas as despesas diretas e indiretas ao fornecimento ora licitado, obrigações fiscais e inclusive de tributos, taxas, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, frete, seguro e quaisquer outros custos e despesas que incidam sobre o serviço.

Validade da Proposta de 90 (noventa) dias

Cidade – PE, ___ de _____ de 2024.

Dados da empresa

José Maria Leite de Macedo
PREFEITO
CPF Nº 024.235.964-72

ANEXO III

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 – Constitui objeto deste Termo de Referência a contratação de empresa especializada em serviço de bufê para fornecimento de café da manhã e almoço.

1.2 – O objeto deste termo atenderá as demandas da Secretaria Municipal de Educação.

1.3 - Todas as especificações, quantidades e condições estão descritas neste Termo de Referência.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE

2.1- Justificativa da necessidade de aquisição:

2.1.1 - Atendimento as Necessidades Institucionais: Tendo em vista que a SEDUC realiza capacitações, reuniões, cursos, onde são recepcionados um quantitativo considerável de pessoas, é essencial oferecer refeições, visto que estes eventos demandam tempo.

2.1.2 - Otimização nos Eventos: A contratação de uma empresa especializada em bufê proporcionará comodidade, agilidade e segurança aos convidados, para que não haja interrupção dos trabalhos, sem a necessidade de deslocamento, tendo em vista que o atendimento ocorrerá no próprio estabelecimento da reunião.

2.1.3 - Demanda recorrente: Considerando que faz parte da rotina da SEDUC realizar eventos em geral, é essencial a supracitada contratação para atender a demanda a longo prazo, se tornando uma forma eficiente de atender as necessidades da secretaria.

2.1.4. A prestação deste serviço também é essencial para que se possa garantir um melhor planejamento e otimização de recursos financeiros, evitando-se, assim, serviços emergenciais.

2.1.5 - Assim, a contratação de uma empresa especializada em serviço de bufê para fornecimento de refeições em eventos da SEDUC, se configura como uma medida estratégica e necessária. Dessa forma, proporciona condições ideais na logística das reuniões em geral, possibilitando melhor aproveitamento e eficácia desses eventos.

2.4- Justificativa do quantitativo estimado:

2.4.1 - Estimou-se o quantitativo de café da manhã e almoço contabilizando o somatório dos eventos realizados no ano anterior, multiplicados pelo número estimado de pessoas convocadas em cada evento.

Fant

José Maria Leite de Macedo
PREFEITO
CPF Nº 024.235.964-72



3. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas nas seguintes dotações orçamentárias:

PODER: 20 PODER EXECUTIVO

ÓRGÃO: 13 FUNDEB

12.361.1211.2102.0000 GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDEB 30%

33.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURIDICA

4. REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 - As refeições serão fornecidas pela empresa conforme especificações, quantitativos e programações contidos neste termo.

4.2 - A execução dos serviços compreende o fornecimento das refeições no local do evento, como também deverá ser disponibilizado pela contratada o mínimo funcionários suficientes para servir as refeições e demais atividades necessárias à sua boa execução.

4.3 - A empresa vencedora deverá fornecer as refeições nas datas definidas pela SEDUC ou conforme necessidade na sede do estabelecimento.

4.4 - A nota de empenho não é considerada autorização de serviço. A entrega dos itens somente deverá ser efetuada pela contratada após o recebimento da Ordem de Serviço.

4.5 - A prestação de serviço será realizada por solicitações através de OS, sendo as mesmas enviadas de acordo com as necessidades somente após assinatura do contrato ou qualquer instrumento contratual.

4.6 - O setor de compras emitirá ordem de serviço com os pedidos para as empresas vencedoras, através do seguinte e-mail: compras@cupira.pe.gov.br. As ordens de serviço conterão: horário, data, valor unitário da refeição, quantidade pretendida, local para entrega, carimbo e assinatura do responsável.

4.7 - A entrega das refeições solicitadas é de responsabilidade do licitante vencedor.

4.8 - A nota de empenho poderá ser considerada como instrumento contratual. A entrega somente deverá ser efetuada pelo licitante vencedor após recebimento da Ordem de Serviço.

5. RECEBIMENTO, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

5.1- O objeto desta contratação será entregue parceladamente, de acordo com as necessidades da SEDUC, que deverá ocorrer na data prevista da ordem de serviço correspondente.

Jany


José Maria Leite de Macedo
PREFEITO
CPF Nº 024.235.964-72



5.2- A qualquer tempo a contratada poderá alterar o local de entrega das refeições, que deverão ser servidos no mínimo 20 (vinte) minutos antes do prazo informado na solicitação.

5.3 - Os gêneros derivados do leite como iogurtes, carnes, refrigerantes ou quaisquer outros que dependem de conservação, deverão ser acondicionados e transportados em condições adequadas para que não ocorra o perecimento.

5.4- Os alimentos deverão ser preparados utilizando-se matéria-prima e insumos de primeira qualidade.

5.5 - Os alimentos preparados para determinado evento deverão ser consumidos naquele período e, no caso de eventual excedente, caberá a SEDUC, determinar a sua destinação.

5.6 - Qualquer tipo de alimento anteriormente preparado pela CONTRATADA, não poderá ser reutilizado no preparo de lanches e congêneres a serem servidos nos outros eventos.

5.7 - A organização das refeições e bebidas no local do evento deverá ser providenciada pela contratada com antecedência mínima de 30 minutos do horário previsto na Ordem de Serviço. A reposição das refeições durante o evento será por conta de funcionários da contratada.

5.8 - A contratada deverá fornecer todos os vasilhames, utensílios e acessórios necessários à execução dos serviços, tais como louças, toalhas, vasilhames, copos, bandejas, descartáveis, guardanapos, talheres, jarras, porta copo, bandeja, adoçantes, etc.

5.9 - Os alimentos e bebidas deverão ser servidos em quantidade suficiente para atender ao número de pessoas indicado na Ordem de Serviço, conforme o tipo de cardápio, quantitativos e especificações.

5.10 – Será de responsabilidade da contratada o recolhimento dos seus pertences ao final do evento.

5.11 - Os serviços aqui especificados não excluem outros serviços complementares que se façam necessários ao cumprimento do solicitado.

5.12- A contratada deve estar preparada para, eventualmente, atender a mais de 01 evento simultaneamente e em locais diferentes.

5.13 - A contratada garantirá a qualidade das alimentações oferecidas, ficando sujeita às penalidades previstas quando entregar os produtos em desconformidade com o que foi contratado.

5.14 - As refeições serão recebidas pelo fiscal designado abaixo:

5.14.1. A fiscalização será realizada pela servidora municipal a Sra. Jany Deisy da Silva Carvalho, inscrito no CPF sob nº 066.910.464-71, conforme ciente do mesmo, será responsável pelo recebimento provisório e definitivo do objeto solicitado.

Jany


José Maria Leite da Macedo
PREFEITO
CPF Nº 024.235.964-72



5.15 - O recebimento dos itens acontecerá da seguinte forma:

5.15.1 - Após a emissão da respectiva ordem de serviço as refeições deverão ser entregues no endereço indicado, conforme prazo estabelecido neste termo.

5.15.2 - Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento para efeito de verificação e conformidade com o solicitado.

5.15.3 - Definitivamente, após conferência de todas as refeições, considerando a qualidade e quantidade, especificações e consequente aceitação, comprovada a conformidade das especificações.

5.16- As refeições poderão ser rejeitadas de forma total ou parcial, caso não estejam de acordo com as especificações deste Termo de Referência ou apresentarem inconformidade nas especificações estabelecidas, devendo a contratada providenciar imediatamente refeições de ótima qualidade para suprir as inconformidades.

5.18- Correrão por conta da contratada todas as despesas necessárias para a entrega do objeto, sem nenhum ônus para a contratante, bem como, é de responsabilidade da empresa licitante quaisquer despesas com salários, encargos, remuneração social, trabalhista, previdenciária, encargos decorrentes de multas, indenizações de qualquer natureza, obrigações tributárias, trabalhista, enfim, qualquer outra despesa decorrente do cumprimento da contratação.

6. DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

6.1 – Compete à fiscalização do instrumento contratual:

6.1.1 - Acompanhar e fiscalizar o recebimento dos itens.

6.1.2 - Notificar a contratada das eventuais irregularidades no cumprimento dos requisitos e especificações do termo de referência, contrato, bem como em possíveis falhas na entrega.

6.1.3 - Solicitar a troca imediata das refeições em que se verificarem inconformidades com a qualidade e especificações.

6.2 – A fiscalização do instrumento contratual acontecerá de acordo com o fiscal designados abaixo:

- A fiscalização será realizada pelo a servidora municipal a Sra. Jany Deisy da Silva Carvalho, inscrito no CPF sob nº 066.910.464-71, conforme ciente:

Jany Deisy da Silva Carvalho
_____, sob qualquer forma, não isenta ou diminui a responsabilidade da contratada, na perfeita execução de suas tarefas que anotarás em sistema próprio os acontecimentos considerados relevantes, bem como as

Jany

José Maria Leite de Macedo
PREFEITO
CPF Nº 024.235.964-72



providências tomadas para sanar as falhas identificadas, ou ainda, a recusa do licitante vencedor em saná-las imediatamente.

7. GARANTIA DO SERVIÇO

7.1- Os alimentos deverão ser servidos em condições higiênicas e de acordo com os padrões estabelecidos neste termo de referência. Caso contrário deverá ser substituído imediatamente qualquer alimento que não atendam ao disposto neste TR, sem direito a ressarcimento e sem ônus para o contratante.

8. DAS EXIGÊNCIAS HABILITATÓRIAS

8.1- Certificado de Inspeção Sanitária (Decreto Federal nº 15.839/91) expedido por órgão municipal e/ou estadual, federal da sede do município em vigor, compatível e pertinente com o objeto deste TR, descrição de atividade de acordo com os itens apresentados na proposta de preço.

8.2- DOCUMENTAÇÃO RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA:

8.2.1 - Certidão negativa de falência, recuperação judicial e/ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, expedida dentro de um prazo máximo de 90 (noventa) dias anteriores à sessão pública de processamento, pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou dentro do prazo de validade constante no documento, referente aos processos físicos.

OBS: Esta certidão só será exigida para os estados que possuem processos físico.

8.2.2 - Certidão negativa expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado da sede da licitante, referente aos processos judiciais eletrônicos. Para licitantes sediadas no Estado de Pernambuco, deverá apresentar certidões 1º e 2º graus expedidas através do site www.tjpe.jus.br/certidão. Empresas sediadas em outros estados que não possuam processos eletrônicos deverão apresentar justificativa.

8.2.3 - 01 (um) atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que a empresa fornece serviços compatíveis e pertinente com o objeto deste edital, conforme especificações constantes nos itens devendo os atestados conter, além do nome do atestante, seu endereço e telefone, ou qualquer outra forma de que a PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIPIRA possa valer-se para manter contato com a empresa declarante.

9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTOS

9.1 - O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias, após apresentação da nota fiscal e do recebimento definitivo das refeições, comprovada a manutenção das exigências da habilitação e o atesto do setor responsável pelo recebimento do objeto em conformidade com este termo de referência.

Jany


José Maria Leite de Macedo
PREFEITO
CPF Nº 024.235.964-72



9.2 - O pagamento só será autorizado após o cumprimento do disposto neste Termo de referência.

9.3 - Qualquer atraso na apresentação da Nota Fiscal eletrônica, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação pelo município.

9.4 – A contratada deverá enviar a nota fiscal na mesma data de sua emissão, sendo esta emitida em dias uteis e horários comerciais, para o e-mail correspondente / indicado na Ordem de Serviço.

9.5 – O setor financeiro verificará as hipóteses de retenção na fonte de encargos tributários. Os tributos relativos ao faturamento serão descontados da CONTRATADA no momento da liquidação da despesa e recolhidos diretamente ao poder público competente.

9.5.1 – Empresas não optante pelo simples nacional, ficam desde já informadas que haverá retenção conforme Decreto Municipal Nº 043/2023:

9.5.2 - Art. 1º. Os órgãos da administração direta e indireta do Município e a Câmara Municipal, ao efetuarem pagamento à pessoa física ou jurídica pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, ficam obrigados a proceder a retenção do Imposto de Renda IR.

9.5.3- §1º A retenção do IR será efetuada sobre qualquer forma de pagamento, inclusive pagamento antecipado por conta de fornecimento de bens ou de prestação e serviços para entrega futura.

9.5.4 - §2º A retenção do IR deverá ser destacada no corpo do documento fiscal, observando os percentuais definidos na Tabela de Retenção constante no Anexo I do referido Decreto.

9.6 – Será deduzido do montante a pagar os valores correspondentes às multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

9.7 - A CONTRATADA é responsável pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

10. QUADRO ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS

10.1. Conforme Anexo I deste Termo de Referência.

11. DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Casos omissos serão resolvidos pelas partes contratantes, de comum acordo, com base na Lei 14.133/2021 e suas alterações posteriores.


José Maria Leite de Macedo
PREFEITO
CPF Nº 024.286.964-72

Cupira-PE, 02 de maio de 2024.



Jany Deisy da Silva Carvalho

JANY DEISY DA SILVA CARVALHO

CPF: 066.910.464-71

ANEXO I

Nº	ITEM	UND. MEDIDA	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	BUFÊ ALMOÇO/JANTAR - CARDÁPIO I: (mínimo sugerido por pessoa): ✓ Salada crua contendo no mínimo: 2 tipos de folhas verdes, tomate, cenoura, cebola, pimentão, pepino, alguma fruta da região. ✓ Salada legumes cozidos contendo: cenoura, batata, brócolis, ovo e chuchu. ✓ Carne: Frango à milanesa ou stroganoff. ✓ Guarnições: arroz: branco e/ou integral, feijão tropeiro, purê (batata ou abóbora), Farofa (com cuscuz, ovo, bacon e calabresa refogados e vegetais) e 1 tipo de massas com molho vermelho ou branco. ✓ Sobremesa: com 02 opções: servidos em taças individuais, podendo ser pavê, pudim ou brigadeirão. ✓ Bebidas: Suco de frutas naturais da época com 02 opções de escolha ou refrigerante de 1ª (primeira) linha diet, light e normal.	Unidade	1.000	R\$32,02	R\$32.020,00
2	✓ Café simples 01- (cardápio mínimo sugerido por pessoa): 01 pão francês, 01 fatia de	unidade	1.300	R\$14,12	R\$18.356,00


José Maria Leite de Macedo
PREFEITO
CPF Nº 024.235.964-72



	mussarela, 01 fatia presunto, quatro tipos de salgado assado tamanho pequeno tipo coquetel (uma unidade de cada), 150 ml de café, 300 ml de suco natural, 01 garrafa de água mineral 500 ml, 01 pedaço de bolo de cenoura com calda de chocolate.				
TOTAL (R\$):					50.376,00

O Valor Total Estimado é de **R\$ 50.376,00** (cinquenta mil, trezentos e setenta e seis reais).

Fany


José Maria Leite de Macedo
PREFEITO
CPF Nº 024.235.964-72